



Workshop **Elo**

→ Professora
**VIVIANE
MAFISSONI**

 29 e 30. JUNHO

 HORÁRIO
DAS 14H ÀS 18H

CURSO
EAD **AO VIVO**

Sanções **360°** Da Infração à Decisão

Tudo que você precisa saber para manter
a integridade das contratações públicas.

CARGA HORÁRIA: 8 HORAS

» Inscreva-se já! Acesse www.eloconsultoria.com



SOBRE O **WORKSHOP**

O sistema sancionatório é um dos pilares centrais da integridade, da governança e da segurança jurídica nas contratações públicas. A correta apuração de infrações, a escolha adequada das sanções e a condução segura do processo sancionador são decisivas para evitar nulidades, responsabilizações indevidas e fragilidades institucionais, especialmente à luz da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 13.303/2016.

Este curso oferece uma visão completa, prática e estruturada do regime sancionatório, abordando desde os fundamentos das infrações administrativas até a aplicação das sanções, a dosimetria, o processo sancionador e seus reflexos nacionais, como CEIS e CNEP. O conteúdo explora as diferenças e convergências entre o regime geral de licitações e o regime das estatais, com foco em decisões seguras, proporcionais e alinhadas à jurisprudência e às boas práticas de integridade e compliance.

Com abordagem atual e aplicada, o curso também discute o papel dos agentes públicos, da assessoria jurídica, da gestão contratual e dos mecanismos de prevenção, além de refletir sobre o futuro do sistema sancionatório, o uso da tecnologia e a evolução para um modelo cada vez mais preventivo e orientado à gestão de riscos.

Ao final, o participante estará preparado para atuar com segurança na instauração, condução e decisão de processos sancionadores, fortalecendo a integridade das contratações públicas e reduzindo riscos de nulidades, responsabilizações e falhas procedimentais.

PÚBLICO

ALVO

- Gestores e fiscais de contratos, responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual e pela identificação de infrações;
- Agentes de contratação, pregoeiros e membros de comissões de licitação, envolvidos na condução dos procedimentos e na aplicação de sanções;
- Assessores jurídicos, procuradores e advogados públicos, que atuam na orientação, análise e validação dos processos sancionadores;
- Auditores, controladores internos e integrantes de unidades de controle e integridade, que exercem funções de prevenção, detecção e correção de irregularidades;
- Servidores e empregados de empresas estatais, especialmente das áreas jurídica, de governança, compliance, riscos e contratos;
- Profissionais que atuam na gestão de riscos, programas de integridade e compliance, tanto na Administração Pública quanto no relacionamento com fornecedores.

CONTEÚDO

Programático

Módulo 1 — O que é o sistema sancionatório da Administração Pública?

1. Por que o sistema sancionatório é a espinha dorsal da integridade das contratações?
2. Quais são os pilares estruturantes do regime sancionatório na Lei 14.133/2021?
3. A Lei 13.303/2016 cria um regime sancionatório próprio?

Módulo 2 — Infrações: onde começam os problemas?

4. O que caracteriza uma infração administrativa nas contratações públicas?
5. Quais são as infrações mais comuns na prática?
6. Qual é a diferença entre infração leve, média e grave no contexto sancionatório?
7. Como a Lei 13.303 trata infrações empresariais?

Módulo 3 — Sanções: qual escolher e por quê?

8. Quais são as sanções da Lei 14.133/2021?
9. Qual a diferença entre impedimento e inidoneidade?
10. A multa é automática ou depende de processo?
11. Quais são as sanções possíveis na Lei 13.303/2016?

3. Análise jurídica da fase preparatória e do instrumento convocatório.

Exame jurídico da fase interna: diagnóstico da necessidade, adequação da solução e justificativa da contratação. Avaliação dos documentos estruturantes. Competitividade e vedação a direcionamento: análise jurídica dos requisitos de habilitação e qualificação. Cláusulas sensíveis de editais. Blindagem jurídica do edital e pontos críticos na análise jurídica da fase interna.

Módulo 4 — Processo Sancionador: uma trilha segura e sem nulidades

12. Quais são as etapas essenciais do processo sancionador?
13. Quem é competente para aplicar cada sanção?
14. Como evitar nulidades no processo?
15. E se o fornecedor não for encontrado para intimação?

Módulo 5 — Dosimetria: como calcular a sanção correta?

16. O que é dosimetria?
17. A Lei 14.133 exige regulamento interno de dosimetria?
18. Como as Estatais devem estruturar sua dosimetria?

Módulo 6 — Integridade, compliance e reflexos no sancionador

19. Programas de integridade podem atenuar sanções?
20. Fornecedor com programa de integridade deve ser punido de forma diferente?
21. A Lei 13.303 exige integridade dos fornecedores?

Módulo 7 — Recuperação do dano, reparação e acordos

- 22. É possível fazer acordo no processo sancionador?
- 23. As Estatais podem negociar com fornecedores infratores?

Módulo 8 — CEIS, CNEP e os efeitos nacionais das sanções

- 24. Quando uma sanção entra no CEIS e no CNEP?
- 25. E o impacto para estatais?

Módulo 9 — Quem faz o quê? Responsabilidades e papéis

- 26. O gestor do contrato pode sancionar?
- 27. O pregoeiro ou agente de contratação podem aplicar sanções?
- 28. A assessoria jurídica decide?

Módulo 10 — O futuro das sanções: inovação, tecnologia e prevenção

- 29. Como a tecnologia pode transformar o processo sancionador?
- 30. É possível antecipar infrações antes que elas aconteçam?
- 31. O sancionador será cada vez mais preventivo?

CONHEÇA A **PROFESSORA**



VIVIANE MAFISSONI

Coordenadora-Geral de Logística da AGU; Advogada; Especialista em Direito Público; Diretora Acadêmica do Instituto Nacional da Contratação Pública; Analista de Políticas Públicas e Projetos do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul desde 2010, atuando como pregoeira, membra da Comissão Permanente de Licitações, coordenadora da equipe de aplicação de penalidades a licitantes, diretora responsável pelo planejamento de compras por registro de preços e gestão de atas e cadastro de fornecedores e subsecretária substituta da Central de Licitações do RS; Estudou sobre Mecanismos de Controle e Combate à Corrupção na Contratação Pública (Ulisboa - Portugal - 2019); Ex-Chefe do Serviço de Compras Centralizadas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH/MEC; Professora de pós-graduação da Escola Mineira de Direito; Colunista do Portal Sollicita e do Observatório da Nova Lei de Licitações; Coautora de livros; Autora de artigos e palestrante sobre temas que envolvem compras públicas.

BENEFÍCIO DO **WORKSHOP**

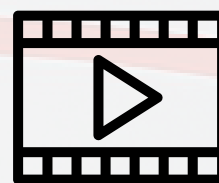
Nossos cursos oferecem uma experiência completa. Invista no seu futuro com benefícios e vantagens que fazem a diferença na sua jornada de aprendizado!



**MATERIAIS DE
APOIO**



**CERTIFICADO DE
PARTICIPAÇÃO
DIGITAL**



**AULAS GRAVADAS
DISPONÍVEIS PELO
PERÍODO DE 30 DIAS**

Investimento

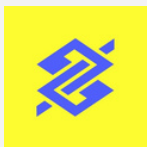
R\$ 1.295,00

(Um mil duzentos e noventa e cinco reais)

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado para ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA, CNPJ 00.714.403/0001-00.

FORMAS DE **PAGAMENTO**

O envio da Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas abaixo:



BANCO DO BRASIL

Agência: **0452-9** Conta Corrente:
201.064-x CNPJ: 00.714.403/0001-00



BANCO DE BRASÍLIA

Agência: **0209** Conta Corrente:
600.202-2 CNPJ: 00.714.403/0001-00



CHAVE PIX


Tipo: CNPJ **00.714.403/0001-00**




Brasília/DF
SHN Quadra 2 • Bloco H
Sobreloja Metropolitan Hotel • Cep: 70.702-905
elo@eloconsultoria.com

61 3327-1142 • 61 3328-1390 • 61 98592-4828

 elo_consultoria

 eloempresarial

 eloconsultoria.com